



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível encerrou 2018 com resultado melhor do que no ano anterior. O desempenho operacional e o aprimoramento das estratégias de comercialização foram fundamentais para a obtenção de lucro líquido pelo segundo ano consecutivo. Adicionalmente, ficamos mais próximos de atingir lucro operacional positivo.

Esses resultados coincidem com a celebração dos dez anos da companhia, marco importante em que relembremos nossa história, avaliamos a trajetória que fizemos até aqui e homenageamos todos aqueles que têm se esforçado para tornar a Petrobras Biocombustível cada vez mais eficiente.

Seguiremos mantendo o foco na melhoria do desempenho, no aprimoramento dos processos, na redução de custos, na geração de caixa e na melhoria dos indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, como forma de viabilizar a obtenção de lucros operacionais positivos.

Lair Jesus Pereira de Oliveira
Presidente Interino da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

1. A Petrobras Biocombustível em 2018

A Petrobras Biocombustível concentrou seus esforços em aumentar a competitividade das usinas de biodiesel e reduzir custos. Como reflexo desses esforços, a companhia conseguiu melhorar os resultados operacionais, com reversão do prejuízo bruto. Adicionalmente, deu continuidade à estratégia da Petrobras de sair da produção de biocombustíveis.

1.1. Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível terminou 2018 operando duas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Juntas, elas entregaram 316,2 mil m³ de biodiesel, volume 23% maior do que o de 2017.

Com o objetivo de agregar valor aos processos produtivos de biodiesel, foram realizadas melhorias operacionais, que tornaram as plantas mais eficientes e flexíveis no processamento de matérias-primas. Isso permitiu o aumento do volume de produção, de venda e de faturamento. Além disso, também foram obtidas melhores margens em comparação a 2017, devido ao aumento dos preços médios de venda e ao maior processamento de matérias-primas de menor preço. Adicionalmente, o recebimento de insumos e a expedição de produtos foram aprimorados para atender ao aumento da produção. A companhia também iniciou um processo de terceirização de algumas atividades operacionais, buscando reduzir o diferencial de custos em relação à concorrência.

As estratégias adotadas pela empresa nos leilões também foram aprimoradas, permitindo que ela atinja as maiores margens da série histórica. Apesar do aumento dos custos de frete no país, a companhia conseguiu minimizar esses impactos por meio da otimização logística no processo de transporte.

O custo de obtenção do Selo Combustível Social (SCS) se manteve entre os mais competitivos do mercado, 37% menor do que o estimado para os nossos concorrentes. Esse resultado foi possibilitado pela diversificação na aquisição de matérias-primas de cooperativas da agricultura familiar. Sem onerar os custos de obtenção do SCS, a experiência acumulada pela companhia em projetos de pesquisas na região do semiárido foi disponibilizada para as cooperativas parceiras de agricultores familiares, que tiveram acesso a técnicas de melhoria dos sistemas de produção que promovem a conservação do solo e da água, bem como reduzem o impacto das emissões atmosféricas.

Além das usinas de biodiesel próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil, que possui duas unidades, uma em Marilândia (PR) e outra em Passo Fundo (RS). Juntas, possuem capacidade de produzir 576 mil m³ de biodiesel por ano, tendo entregado, em 2018, 543 mil m³, volume 33,1% maior do que o de 2017.

Já em parceria paritária com a empresa portuguesa Galp, a companhia possui investimentos na coligada Belem Bioenergia Brasil (BBB), que atualmente cultiva 42 mil hectares de palma no Estado do Pará. A BBB, desde 2017, estabeleceu uma parceria com a empresa local Denadê do Tauá para a construção de uma unidade extratora de óleo para a exploração de 22 mil hectares dos palmeiros, a qual iniciou suas operações em meados de 2018.

1.2. Etanol

Como parte do processo de desinvestimento na produção de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustível alienou, em fevereiro de 2018, através de leilão na B3, as ações da São Martinho S.A. (SMTO3) deidas pela companhia, encerrando a participação de 6,593% no capital social daquela empresa de etanol.

Adicionalmente, a companhia possui uma participação societária minoritária de 8,4% na Bambuí Bioenergia.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível não registrou vazamentos de produtos ao longo de 2018. A empresa seguiu apresentando um baixo índice de absenteísmo. Com percentual de tempo perdido (PTP) de 1,63, manteve-se abaixo do limite de alerta (1,80) estabelecido para o ano. A companhia registrou a marca de 5,74 na taxa de acidentes registráveis (TAR) sem nenhuma fatalidade. Para melhoria desse indicador, foi elaborado um plano de ação para redução de acidentes nas usinas, tendo como base o resultado das inspeções de SMS, os registros de anomalias e as análises dos acidentes ocorridos. Além disso, também foi aprovada uma redução de 50% no orçamento destinado a horas extras.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Em 2018, a empresa deu continuidade aos projetos de otimização de custos e realizou importantes adaptações em sua gestão interna com a implantação da nova lei das estatais, a qual implicou na revisão do estatuto social e na criação de um regulamento de licitações e contratos.

A companhia investiu na capacitação dos empregados e gestores, oferecendo 42 horas de treinamento por empregado em média. Finalmente, a Petrobras Biocombustível completou dez anos de operação e, para celebrar esse marco, foram promovidos eventos internos de reconhecimento e valorização das pessoas envolvidas nos resultados obtidos ao longo desses anos.

2. Resultado Consolidado
A Petrobras Biocombustível apresentou lucro bruto positivo de R\$ 54,5 milhões e prejuízo operacional de R\$ 7,4 milhões. O lucro líquido atingiu R\$ 179,7 milhões, com margem líquida de 19%. Esse desempenho é explicado pela melhoria operacional, pela reversão de impairment das usinas de biodiesel, por ganhos financeiros e pelos resultados positivos da coligada BSBios. O resultado foi influenciado também pelo aumento do mandato de biodiesel para 10%, com consequente aumento da demanda e das margens.

Os resultados dos investimentos da Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos com equivalência patrimonial na BSBios de R\$ 55,7 milhões e perdas na BBB de (-R\$ 81,8 milhões), explicadas pelo aporte desse montante para suprir as necessidades operacionais da investida. As coligadas Bambuí e Bioleão não impactam o resultado da companhia, pois foram integralmente provisionadas para perda em períodos anteriores.

Por fim, há que se destacar o fato de a companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

3. Informações Corporativas

3.1. Membros do Conselho de Administração:

Luiz Fernando Marinho Nunes – Presidente do Conselho
Marcelo Fernandes Bragança
André Nunes
Michel Martignago Mondardo
Sandro Paes Barreto
Luiz Fernando Leite

3.2. Membros da Diretoria Executiva:

Lair Jesus Pereira de Oliveira – Diretor-Presidente Interino
Edmundo José Correia Aires – Diretor de Biodiesel e de Suprimento Agrícola

3.3. Membros do Conselho Fiscal:

Titulares: Solange Arantes Dorneles
Ernesto Carneiro Preciado
Milton Pirasino Junior

Suplentes: Fabiano Maia Pereira
Heraldo da Costa Belo
Paulo Roberto de Oliveira Bastos Junior

4. Agradecimentos

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	288	Fornecedores	14	92.234	58.321
Contas a receber, líquidas	8			Impostos e contribuições	16	3.572	796
FIDC		1.193.269	662.834	Salários, férias, encargos e participações		8.396	7.052
Outras		178.619	128.952	Outras contas e despesas a pagar		3.539	2.296
Estoques	9	39.566	44.486			107.741	68.465
Ativos financeiro disponível para venda	7	–	463.200	Não circulante			
Impostos e contribuições	16	58.342	52.523	Planos de pensão e saúde	18	13.879	7.626
Outros ativos circulantes		497	539	Provisão para processos judiciais	23	4.377	2.775
		1.470.296	1.352.822	Outras contas e despesas a pagar		752	190
Não circulante						19.008	10.591
Realizável a longo prazo				Patrimônio Líquido	19		
Impostos e contribuições	16	34.940	7.248	Capital realizado		4.378.444	4.378.444
Depósitos vinculados		1.906	3.711	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
		36.846	10.959	Ajustes de avaliação patrimonial		(94)	12.102
Investimentos	11	163.497	107.817	Prejuízos acumulados		(2.694.423)	(2.882.488)
Imobilizado	12	122.234	97.675			1.666.167	1.490.298
Intangível		43	81				
		322.620	216.532	Total do passivo e patrimônio líquido		1.792.916	1.569.354
Total do ativo		1.792.916	1.569.354				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receita de vendas de produtos e serviços	20	928.892	682.081
Custo dos produtos vendidos	21	(874.414)	(708.340)
Lucro (Prejuízo) bruto		54.478	(26.259)
Despesas de vendas	21	(6.768)	(6.288)
Despesas gerais administrativas	21	(69.121)	(71.960)
Despesas tributárias	21	(14.276)	(19.546)
Outras receitas, líquidas	22	28.292	90.884
		(61.875)	(6.910)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(7.397)	(33.169)
Resultado financeiro líquido		267.917	277.054
Despesas financeiras	24	(8.208)	(1.483)
Receitas financeiras	24	275.357	286.411
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	768	(7.874)
Resultado de participações em investimentos	11	(26.131)	(85.051)
Lucro antes dos impostos		234.389	158.834
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.2	(54.724)	–
Lucro do exercício		179.665	158.834
Lucro por lote de mil ações do capital social – básico e diluído (em R\$)		411,12	363,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Lucro do exercício		179.665	158.834
Ganhos / (Perdas) atuariais – Plano de Pensão e Saúde Reconhecido no patrimônio líquido	18	(3.796)	669
Participação no resultado abrangente das investidas			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão	10.1	–	(132.102)
Resultado não realizado – Títulos disponíveis para venda		(8.400)	8.400
Resultados não realizados no hedge de fluxo de caixa Reconhecido no patrimônio líquido	10.1	–	69.332
		(12.196)	(53.701)
Resultado abrangente total		167.469	105.133
Atribuível ao:			
Acionista da Sociedade		167.469	105.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.
 CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
			Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	4.340.218	(17.760)	132.102	(66.300)	(3.041.322)	1.346.938
Integralização de capital	38.226	-	-	-	-	38.226
Lucro do exercício	-	-	-	-	158.834	158.834
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e AMS	-	-	-	669	-	669
Resultado não realizado – Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-	8.400	-	8.400
Ajuste acumulado de conversão – da investida	-	-	(132.102)	-	-	(132.102)
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa – da investida	-	-	-	69.332	-	69.332
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.378.444	(17.760)	-	12.102	(2.882.488)	1.490.298
Adoção Inicial do CPC 48						
Saldos em 1º de janeiro de 2018	4.378.444	(17.760)	-	3.702	(2.874.088)	1.490.298
Lucro do exercício	-	-	-	-	179.665	179.665
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e AMS	-	-	-	(3.796)	-	(3.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.378.444	(17.760)	-	(94)	(2.694.423)	1.666.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	179.665	158.834
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	2.458	2.288
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	(48.541)	(57.357)
Resultado de participações em investimentos	26.131	85.051
Depreciação e amortização	5.941	2.543
Realização do ajuste acumulado de conversão – Venda Guarani	-	(132.102)
Realização do hedge de fluxo de caixa – Venda Guarani	-	69.332
Provisão para perdas de créditos esperados	836	2.501
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	(24.418)	7.679
Valor residual baixados na Venda Guarani	-	(9.009)
Valor residual bens baixados	125	-
Encargos financeiros sobre empréstimos	-	8.882
Ajuste a valor de mercado de estoques	(386)	(932)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(50.389)	13.169
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(33.511)	(24.099)
Estoques	5.306	6.338
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.734	(251)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	29.146	(13.091)
Contas a pagar e provisões	7.710	1.041
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.775	(3.078)
Outros passivos	1.807	(27.871)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	105.389	89.868
Atividades de investimentos		
Aportes em investimentos	(81.810)	(110.232)
Aquisições em ativos imobilizados	(6.170)	(3.023)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	353.845	352.907
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(815.779)	(953.756)
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	444.240	631.654
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(105.674)	(82.450)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aportes da Petrobras (Controladora)	-	38.226
Financiamento – Cessão de recebíveis – FIDC:		
Captações	-	14.779
Amortização de Principal	-	(60.700)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	-	(7.695)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(285)	(277)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	288	565
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.064.125	787.795
Descontos e abatimentos	(242)	(301)
Perdas de créditos esperados	(836)	(2.501)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	3.545	895
Outras receitas operacionais, líquidas	13.554	91.796
	1.080.146	877.684
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(783.478)	(625.574)
Custo das mercadorias revendidas	(16.824)	(15.313)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros e de outros	(138.898)	(98.120)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.968)	(42.111)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	386	932
Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios	24.418	(7.679)
	(971.364)	(787.865)
Valor distribuído bruto	108.782	89.819
Retenções		
Depreciação e amortização	(5.941)	(2.543)
	(5.941)	(2.543)
Valor distribuído pela Sociedade	102.841	87.276
Valor recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(26.131)	(85.051)
Receitas financeiras	275.357	286.411
	249.226	201.360
Valor recebido a distribuir	352.067	288.636
Distribuição do valor recebido		
Pessoal		
Remuneração direta	52.674	57.863
Salários	49.330	56.953
Participação nos resultados	3.344	910
Benefícios	12.837	11.885
Vantagens	2.811	2.722
Plano de aposentadoria e pensão	3.427	3.264
Plano de saúde	3.924	3.195
FGTS	2.675	2.504
	65.511	69.548
Tributos		
Federais	64.195	11.342
Estaduais	10.449	14.893
Municipais	592	306
	75.236	26.541
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	7.440	9.357
Despesas com aluguéis	24.215	24.356
	31.655	33.713
Acionistas		
Lucro do exercício	179.665	158.834
	352.067	288.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controladora integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, que tem por objetivo a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abrangam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética, e tecnologias sustentáveis, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades.

A Companhia, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer, no país ou fora do território nacional, qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

- Para as atividades de logística em território nacional a cargo da Petrobras Biocombustível S.A., o descarregamento dos produtos deverá, sempre que possível, ser realizado nos centros coletores da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ou de sociedade por ela indicada.
- As atividades de logística e comercialização dos subprodutos serão realizadas pela Petrobras Biocombustível S.A. no País ou fora do território nacional.
- Na execução de suas atividades, a Companhia poderá, observadas as disposições legais aplicáveis, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de sociedade e participar do capital de outras sociedades, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 9.478/97.
- A Companhia poderá constituir subsidiárias cujo objeto seja participar de outras sociedades, desde que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios da Companhia.
- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras sociedades, segundo as normas e precondições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes das Leis nº 9.478/97, nº 10.438/02, e nº 11.097/05. A Companhia opera, na condição de arrendatária, duas Usinas de Biodiesel, de propriedade da Petrobras, sendo uma localizada em Candeias (BA) e outra em Montes Claros (MG). A Usina de Biodiesel de Quixadá (CE), teve suas atividades encerradas em dezembro de 2016, conforme orientação do Conselho de Administração da PBIO.

Em dezembro de 2018, a Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2040 que traz uma nova visão de empresa integrada de energia, alinhada com as necessidades e a evolução dos hábitos da sociedade, que buscará cada vez mais diversificação nas fontes e usos da energia. O foco em óleo e gás, presente na visão do plano anterior e ainda importante para os próximos anos, dará mais espaço para outras fontes de energia, no horizonte até 2040. Nessa nova visão reafirma a saída das participações e produção de biodiesel e etanol.

Porém, a carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto dessas planos na Companhia está descrito na nota 1.1.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biocombustível se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel em Candeias e Montes Claros e existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as mesmas continuam na carteira de investimentos da PBIO. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A.

A PBIO continua com os esforços de aumento da rentabilidade das operações, melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

A Companhia foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Usinas e Investidas

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009.

A Companhia também possui parceria com a R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSPAR – BSBIOIS Participações S.A., na empresa BSBIOIS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR).

A capacidade total de produção de biodiesel da PBIO, considerando suas participações é de 945 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2018, a Companhia investiu R\$ 3.373, em melhorias operacionais das usinas de produção em manutenção para atendimento dos requisitos de Segurança, meio ambiente e saúde.

No dia 14 de dezembro de 2017, a Petrobras informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Tender) referente ao processo de alienação de 100% da sua participação das ações detidas pela PBIO, na empresa BSBIOIS, com ausência de proposta. Deverá ser definido pela Diretoria Executiva da Petrobras um novo modelo de alienação.

A Companhia possui parceria com a Galp Bioenergy B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma em área plantada de 42 mil hectares dividido em dois polos produtivos localizados em Tailândia e Tomé-Açu no Pará. Em 24 de janeiro de 2017, foi celebrada uma parceria entre a BBB e a Dendê do Trau S.A. (Dentau), que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados no Polo de Tailândia. Deverá ser definida uma nova parceria que abrangará todos os palmares da empresa (polo Tailândia e polo Tomé-Açu) e as condições de saída do negócio. Em 2018, a Companhia realizou aportes no valor total de R\$ 81.810 mil na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

A Petrobras Biocombustível possui participação societária minoritária na Bióleo Industrial e Comercial S.A. (Bióleo), atualmente em processo de reestruturação judicial e na Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí).
Na Bambuí, a moagem da cana-de-açúcar totalizou 1,14 milhão de toneladas e uma produção de 93,3 mil m³ de etanol hidratado.
Em fevereiro de 2018, a PBIO alienou sua participação de 6,593% na São Martinho por R\$ 444.240.

2. Entidades do grupo

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2018		2017	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBios Ind. e Com. de Biódesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Demais Investimentos				
Bióleo Industrial e Comercial S.A.	6,07%	6,07%	50,00%	50,00%
Bambuí Bioenergia S.A.	8,40%	8,40%	8,40%	8,40%

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

3.1. Práticas contábeis

As práticas das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 4.

3.2. Base da mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.
As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2019, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

3.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 Financial Instruments, inclusive aqueles relativos à contabilidade de hedge e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers.

3.4.1. IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a companhia não representou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

Os requerimentos de contabilidade de hedge estabelecidos pelo CPC 48 foram aplicados pela companhia de forma prospectiva.

Item do balanço patrimonial	Divulgado em 31 de dezembro de 2017	Ajuste pela adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Patrimônio líquido			
Outros resultados abrangentes	12.102	(8.400)	3.702
Prejuízos acumulados	(2.882.488)	8.400	(2.874.088)
Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39	Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018
Outros resultados abrangentes	8.400	Prejuízos acumulados	8.400

Classificação e mensuração

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerar o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O CPC 48 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e o saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo CPC 48.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

CPC 47 – Receitas de Contrato com Clientes

O CPC 47 substitui os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfetida. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfetida quando (ou a medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do CPC 47 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

3.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.6. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e demais investimentos no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1. Instrumentos financeiros

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Título e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

a) **Valor justo por meio do resultado:** incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras; e

b) **Mantidos até o vencimento:** incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado do exercício para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.1.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as provisões com crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperado quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas e outras despesas operacionais.

4.1.4. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- A Companhia tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia baixa um passivo quando tem suas obrigações retraiadas, canceladas ou vendidas.

4.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de oleaginosos e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os estoques contêm, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto de investidas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, não havendo operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e demais investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam investimentos.

4.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros resultados (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entrando essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Os ativos vinculados à produção de biocombustíveis têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.5.1. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto – Impairment

A Companhia avalia os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.6. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

As provisões de reconhecimento quando existe uma obrigação presente com resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças

Continua

BR PETROBRAS**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.10. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)
Os compromissos atuariais com os planos de pensão de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remunerações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remunerações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para o plano e caracteriza de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.11. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.12. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, ajuste acumulado de conversão, bem como efeito no resultado de investimentos disponíveis para venda.

4.13. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável. A Companhia tem utilizado a prerrogativa de absorver os resultados de incentivos fiscais no prejuízo fiscal acumulado.

A Companhia possui incentivos fiscais em dois Estados a saber:

Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE – instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial deste Estado; Incentivo Fiscal Minas Geraes – Este incentivo firmado com o Governo do Estado de Minas Geraes (Secretaria Estadual de Fazenda, com contrapartida a investimentos realizados na unidade industrial situada no município de Montes Claros-MG, contempla diferimento de ICMS na aquisição de matérias primas e redução de saldo devedor do imposto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como receita com tais incentivos, o montante de R\$ 10.981 (R\$ 12.002 em 2017) conforme nota explicativa 22.

4.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos bens vendidos, o ajustado efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e informações relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição das unidades geradoras de caixa – UGC's envolve julgamento e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biorrefino e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustíveis: UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligações e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o *agile (goodwill)*, são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto – compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que corrigia o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares – premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.4. Perdas de crédito esperado

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

6.1. CPC 06 (R2) – “Arrendamento Mercantil”

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – “Leases (IFRS 16)”, que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – “Leases; IFRIC 4 – “Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 – “Operating Leases – Incentives”; e SIC-27 – “Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease”.

O CPC 06 (R2) contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos dos contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do CPC 06 (R2), para fins de adoção inicial a Companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não representando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação transitória;
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente os seguintes parâmetros:

- Taxa de juros – curva de yield dos *bonds* emitidos pela da companhia;
- Prazo – prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- Garantia – estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o *yield* observado nas curvas de captação da empresa; e
- Ambiente econômico similar – risco de crédito da companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo o CPC 06 (R2) serão considerados na métrica financeira Dívida Líquida/Ebitda ajustado, no entanto, a adoção desse pronunciamento não irá ocasionar em alterações nas práticas de negócio da companhia e metas estabelecidas no Plano de Negócios e Gestão 2019-2023, bem como na necessidade de negociação em cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (*covenants*) existentes em determinados contratos de dívida.

6.2. IFRIC 23 – Inerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro / ICP 22

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 – “*Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23)”, emitida pelo IASB.

O CPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve delimitar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do ICP 22, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A Companhia não identificou impactos materiais na aplicação do ICP 22.

6.3. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC 22 – Inerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23 – <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>	1º de janeiro de 2019
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 – <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Caixa e bancos	3	288
Aplicações financeiras	—	—
	3	288
Títulos e valores mobiliários	2018	2017
Ativo financeiro disponível para venda	—	463.200
	—	463.200

Os títulos classificados como disponíveis para venda se referiam ao montante equivalente a 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporcionalidade das ações que detinhamos na investida Nova Fronteira. Em fevereiro de 2018, todas as ações foram alienadas. Nota explicativa 10.1.

8. Contas a receber, líquidas

	2018	2017
Tercários	1.800	2.028
Partes relacionadas	180.632	130.016
Recebíveis de ativos financeiros (i)	1.193.269	682.834
Outras	399	286
	1.376.100	795.162
(-) Perdas de créditos esperados – PCE	(4.232)	(3.378)
Total	1.371.868	791.784

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como “empréstimos e recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 25.3.

9. Estoques

	2018	2017
Matéria-prima (i)	592	347
Produtos intermediários (ii)	15.915	22.927
Produtos acabados (iii)	17.203	15.995
Materiais	5.356	5.703
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(100)	(488)
	39.566	44.486

(i) Metano; (ii) Oleos e gorduras vegetais e animais; e (iii) Biodiesel, glicérolina, borra de refino e ácido graxo.

10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

Os Planos de Negócios e Gestão da Petrobras e da Companhia preveem parcerias estratégicas e desinvestimentos. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a classificação de ativos como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pelo Conselho de Administração.

10.1. Venda de ativos**Venda da Nova Fronteira**

Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia celebrou acordo com o Grupo São Martinho para Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. pela São Martinho.

A Companhia recebeu 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias, emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital votante. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 12 de janeiro de 2017.

Em 15 de fevereiro de 2016, a PBIO alienou, por meio de leilão na B3, as 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da São Martinho S.A. (SMT03) detidas pela companhia, ao preço de R\$ 15,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

A Companhia esclarece ainda que, com essa venda, a sua participação de 6,593% no Capital Social total da São Martinho S.A. foi encerrada.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016 a Companhia, celebrou a venda da Guarani S.A. na totalidade de sua participação (45,97%), para a Vários Participações S.A.S, pelo valor de US\$ 202.750. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Essa operação gerou uma perda de R\$ 235.191, registrada no resultado de participações em investimentos, em dezembro de 2016.

Essa negociação foi aprovada pelo CA da Petrobras e na AGE da Companhia em 28 de dezembro de 2016 e a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato e em decorrência desta operação, foi reclassificado para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R\$ 132.102, oriundo da apreciação cambial do *Metical moçambicano* frente ao Real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, compensado pela reclassificação do saldo de R\$ 69.332 referente a *hedge* de fluxo de caixa, conforme nota explicativa 22.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



11. Investimento
11.1. Mutação dos investimentos

	2017	Aporte Aquisição	Resultado de Equivalência	Impairment /	Amortização da mais valia de ativos	2018
				Reversão		
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	107.817	-	55.978	-	(298)	163.497
Belem Bioenergia Brasil S.A.	-	81.810	(74.674)	(7.136)	-	-
Total	107.817	81.810	(18.696)	(7.136)	(298)	163.497

A Investidas Belem Bioenergia Brasil S.A. está com impairment integral desde 2016 e os registros gerados no ano de 2018 tratam-se de ajustes contábeis que se anulam entre as linhas de equivalência patrimonial e impairment não tendo impacto, portanto, na mutação do investimento. Os efeitos no resultado desta companhia foram os R\$ 81.810 de aporte para manutenção do plano, conforme nota explicativa 11.

11.2. Informações sobre as Investidas

	31 de dezembro de 2018				
	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Empreendimentos controlados em conjunto					
BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	209.791	111.642
Belem Bioenergia Brasil S.A.	527.436	1.130.914	50,00%	527.436	(61.657)

Os investimentos Bioleão (6,07%) e Bambuí (8,40%) não possuem influência significativa.

12. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2018 estava representado da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2018			
	Terrenos, edificações e benfitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	90.789	6.148	7.929	104.866
Adições	-	2.128	895	3.023
Baixas	-	(27)	-	(27)
Transferências	278	(264)	(14)	-
Depreciação (1.655)	(1.655)	(853)	-	(2.508)
Impairment – constituição (6.518)	(6.518)	(519)	(642)	(7.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.894	6.613	8.168	97.675
Custo	116.272	12.575	8.168	137.015
Depreciação acumulada (33.378)	(33.378)	(5.962)	-	(39.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	82.894	6.613	8.168	97.675
Adições	-	2.626	3.544	6.170
Baixas	-	(3)	(122)	(125)
Transferências	4.016	6.845	(10.861)	-
Depreciação (5.185)	(5.185)	(718)	-	(5.904)
Impairment – reversão -	-	24.418	-	24.418
Saldo em 31 de dezembro de 2018	81.725	39.780	729	122.234
Custo	120.288	46.461	729	167.478
Depreciação acumulada (38.563)	(38.563)	(6.680)	-	(45.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	81.725	39.780	729	122.234

Tempo de vida útil médio em anos

(5 a 50 anos) (5 a 10 anos)

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos custos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Companhia e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em benfitorias pela Companhia.

As benfitorias realizadas pela Companhia são depreciadas pela sua vida útil, entrando o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Petrobras. Neste período, ocorreram ajustes em operações de ativos, acarretando aumento na depreciação. Adicionalmente, alguns ativos incorreram em ajustes de sua vida útil.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 729 (2017 – R\$ 8.168) referem-se, principalmente: (i) melhorias nas usinas de biodiesel visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transesterificação e off-site; (ii) adequações do parque de tanques; e (iii) ampliações nas instalações prediais.

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

13.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com indicio de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa – UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 4.7.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs foram: (i) taxa de desconto de 7,9% para 2018 (8,3% – 2017); (ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; (iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paraguai e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido a novas condições de mercado.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da UGC de Quixadá (QE), que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente. A nova UGC é composta pelas usinas de Montes Claros e Candeias. Adicionalmente, a Companhia identificou, em função da mudança de UGC, a necessidade de testes de perda por desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas oriundas dos testes realizados foram reconhecidas em outras despesas líquidas.

Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2018			
	Ativo	Valor contábil líquido	Valor recuperável	Reversão (Perda) por desvalorização
Usinas de Biodiesel	91.994		116.412	24.418
31 de dezembro de 2017				
Ativo	Valor contábil líquido	Valor recuperável	Perda por desvalorização	
Usinas de Biodiesel	99.468	91.789	(7.679)	

(i) A avaliação de recuperabilidade dos ativos de biodiesel (usinas Montes Claros e Candeias) foram revistas e resultaram numa reversão da provisão de impairment constituído em 2015 no montante de R\$ 60.927, que incluía também as usinas de Guararé e Quixadá, tendo como principal fator a redução no custo da matérias-primas.

13.2. Investimento em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram horizonte de projeção do intervalo de 5 a 15 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da Companhia e suas investidas; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

A avaliação do investimento foi apurada pela avaliação do teste de impairment, decorre principalmente: (i) Aumento na capacidade de produção; e (ii) Redução da taxa de desconto 7,9% – 2018 (8,3% – 2017).

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Em 2018, não tivemos impairment por avaliação de recuperabilidade, pelo método do valor em uso.

	31 de dezembro de 2017			
	Mantidos para venda	Segmento	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Reversão por valorização
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A		Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	46.447
Total				46.447

13.3. Mantidos para venda

Em 2018, não tivemos impairment em mantido para venda.

Mantidos para venda	31 de dezembro de 2017			
	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização	
Guarani S.A.	658.338	631.654	(26.684)	
Nova Fronteira S.A.	468.000	454.800	(13.200)	
Total			(39.884)	

14. Fornecedores

	2018	2017
Terceiros no país (i)	72.829	43.680
Partes relacionadas (ii)	19.405	14.641
Total	92.234	58.321

(i) Principais fornecedores: Cargill Agrícola, Meijer Agroflorestal e Bioleão Industrial; e (ii) Veja a abertura das transações com partes relacionadas na nota explicativa 15.

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos eram compostos como segue:

	2018	2017
Ativo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (i)	171.453	121.525
Outras	9.179	8.491
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	14.227	9.656
Outras	5.178	4.985
Total	19.405	14.641

Resultado

	2018	2017
Resultado líquido de vendas		
Petróleo Brasileiro (iii)	876.706	676.462
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro (iv)	63.807	(72.077)
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro (v)	225.753	217.753

(i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestadores de serviços à Companhia;

(iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2018 e 2017;

(iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2018 – R\$ 26.061 e 2017 – R\$ 29.980), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2018 – R\$ 20.722 e 2017 – R\$ 20.722), os serviços compartilhados (2018 – R\$ 11.445 e 2017 – R\$ 13.725), gastos com compartilhamento de custos e despesas – CCDD (2018 – R\$ 5.979 e 2017 – R\$ 7.852); e

(v) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de fiança (2018 – R\$ 225.755 e 2017 – R\$ 222.224) e despesas, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas – CCDD.

15.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das jazidas de Petróleo e de Gás Natural.

A Petrobras, remunera a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano pro rata sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2018 foi auferida a receita de R\$ 225.755 (2017 – R\$ 222.224), conforme nota explicativa 24.

As garantias concedidas pela Companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2018	2017
2019	308.592	4.945.997
2020	2.969.283	24.302.377
2023 em diante	-	510.572
Total	3.277.875	29.758.946

15.2. Remuneração da administração da companhia

No exercício de 2018, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 2.280 (2017 – R\$ 3.911).

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

A conta de impostos e contribuições correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se compõe de:

	Ativo		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	6.452	6.318	128	667
PIS/COFINS	72.634	38.528	-	-
IRPJ	11.022	12.486	3.289	-
IPI	2.531	2.064	-	-
Outros tributos	643	355	155	129
Total	93.282	59.771	3.572	796
Circulante	58.342	52.523	3.572	796
Não circulante	34.940	7.248	-	-

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	234.389	158.834
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) (79.692)	(79.692)	(54.004)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	3.734	4.081
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	29.398	99.690
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(7.604)	(71.108)
Outros	(560)	21.341
Imposto de renda e contribuição social	(54.724)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(54.724)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,3%	-
(*) Inclui equivalência patrimonial.		

Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.142.612 (2017 – R\$ 2.210.588 e R\$ 2.211.135). A Companhia não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC
A Companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 105% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui créditos totados junto ao FIDC.

18. Benefícios concedidos a empregados

18.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passivo.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2018, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.509 (2017 – R\$ 2.333).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2019 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuária da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito a pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passivo.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



A contribuição esperada da companhia para 2019 é de R\$ 2.662, referente à parcela de contribuição definida. A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2018 é de 19,82 anos.

18.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2018 é de 39,82 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Internacional de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custos das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite partilhado, entre a companhia e os participantes.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Plano de Petros 2	Planos de Saúde	Plano de Petros 2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	3.277	4.386	2.738	3.269
Custo do serviço corrente	502	1.224	539	1.098
Custo dos juros	315	420	296	355
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	(152)	545	(738)	32
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	1.179	390	(102)	(35)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	–	1.860	544	(333)
Obrigação atuarial no fim do exercício	5.121	8.825	3.277	4.386

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Plano de Petros 2	Planos de Saúde	Plano de Petros 2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	(37)	–	–	–
Receita de Juros	(3)	–	–	–
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(27)	–	(37)	–
Ativos do plano no fim do exercício	(67)	–	(37)	–

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Plano de Petros 2	Planos de Saúde	Plano de Petros 2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	5.121	8.825	3.277	4.386
Valor Justo dos Ativos do Plano	(67)	–	(37)	–
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	5.054	8.825	3.240	4.386

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Plano de Petros 2	Planos de Saúde	Plano de Petros 2	Planos de Saúde
Saldo em 1º de janeiro	3.240	4.386	2.738	3.269
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.000	2.795	(333)	(336)
(+) Custos incorridos no exercício	814	1.644	835	1.453
Saldo em 31 de dezembro	5.054	8.825	3.240	4.386

(e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Plano de Petros 2	Planos de Saúde	Plano de Petros 2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,22	9,15	9,63	9,59
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,22	–	9,63	–
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	7,28	–	6,59	–
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,01	4,19	3,96	3,96
Inflação (% a.a.)	4,01	4,01	3,96	3,96
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	–	12,03 a 4,00	–	11,30 a 4,50

19. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.378.444, está representado por 437.844.373 ações ordinárias sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O saldo remanescente de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 94 (saldo de R\$ 12.102 em 2017) refere-se, a adoção inicial do CPC 48 de R\$ 8.400, aliado ao Plano de pensão e AMS de R\$ 3.796.

O lucro do ano de 2018 foi de R\$ 179.865, decorre, principalmente, pelo resultado financeiro de R\$ 267.918, destacando as receitas nas operações de fiança, compensado pelo prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 6.788), imposto de renda e contribuição social (R\$ 54.724) e com o Resultado de participações em investimentos (R\$ 26.313).

Os valores apropriados no resultado (R\$ 10.981 – 2018 e 12.002 – 2017) que seriam destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, estão sendo utilizados para absorção do prejuízo fiscal acumulado (NE 22).

20. Receita de vendas de produtos

	2018	2017
	Receita bruta de vendas	1.063.883
Encargos de vendas	(134.991)	(105.413)
Receita de vendas	928.892	682.081
Biodiesel	876.744	644.053
Glicérol bruto	29.909	16.655
Grão de mamona	8.725	8.040
Outros	13.514	13.333
Receita de vendas	928.892	682.081

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2018	2017
	Depreciação e amortização	(5.941)
Despesas com pessoal (i)	(85.511)	(69.548)
Materiais-primas / produtos adquiridos (ii)	(793.142)	(635.675)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais (iii)	(79.243)	(73.950)
Perda na recuperação de ativo	24.418	(7.679)
Incentivos fiscais	10.981	12.002
Tributárias	(14.278)	(19.546)
Ajuste a valor de mercado – AVM (iv)	(386)	932
Realização de ajuste acumulado de conversão – CTA	–	132.102
Realização de fluxo de caixa – Hedge	–	(69.332)
Outros	(13.187)	17.987
	(936.289)	(715.250)
Custo do produto vendido	(874.414)	(708.340)
Despesas com vendas	(6.768)	(6.289)
Despesas gerais administrativas	(69.121)	(71.960)
Despesas tributárias	(14.278)	(19.546)
Outras despesas (receitas), líquidas	28.292	90.854
	(936.289)	(715.250)

(i) Incluiu a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 2.280 (2017 – R\$ 3.911);
(ii) Maiores volumes de venda no ano de 2018, aliado ao aumento do custo da matéria-prima no último trimestre de 2018;
(iii) Contratos de apoio administrativo e operacional, transporte operacional e energia elétrica;
(iv) Ajuste a valor de mercado – AVM reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

22. Outras receitas, líquidas

	2018	2017
Assistência técnica e sementes	(873)	(777)
Incentivos fiscais (I)	10.981	12.002
Perda de recuperação de ativos	–	8.982
Ociosidade	(593)	(1.930)
Ganho e provisão judicial (II)	(4.163)	24.243
Baixa ajuste acum. conversão – NE 10.1	–	132.102
Baixa do hedge fluxo de caixa – NE 10.1	–	(69.332)
Reversão de impairment – imobilizado	24.418	(7.679)
Participação nos lucros e resultado	(3.344)	(910)
Outras despesas	1.866	(5.817)
	28.292	90.884

(I) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;
(II) Ganho do pagamento, pela Tereos Participations, de contingências judiciais (R\$ 25.373), na venda da investida Guarani.

23. Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiriam provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2018	2017
Processos trabalhistas	4.254	2.406
Processos fiscais	101	351
Processos civis	22	18
	4.377	2.775

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2018	2017
Processos trabalhistas	2.415	5.972
Processos fiscais	194.736	118.910
Processos civis	342.020	728
	539.171	125.610

24. Resultado financeiro

	2018	2017
	Auto de infração lavrado pela RFB por créditos de PIS/Cofins relacionados a "custos, despesas e encargos vinculados à totalidade de sua receita bruta, inclusive à receita da venda de biodiesel sujeita ao regime Especial de que trata o artigo 4º da Lei 11.116/2005"	117.673
Auto de infração lavrado pela RFB em virtude de a PBIO ter supostamente incluído despesa não dedutível na base de cálculo negativa dos tributos, relativos ao ano calendário de 2012.*	65.506	–
Processo de arbitragem sobre a não realização de aportes pela PBIO na sua coligada BAMBUI e em razão da impossibilidade legal de a PBIO prestar garantias àquela Coligada. Em 14/01/2019 recebemos alegações iniciais das Requerentes no referido processo arbitral, com alteração no valor requerido de R\$258.934 para R\$341.726.**	341.728	–

* Autor: Secretaria da Receita Federal; ** Autor: Bambuí Bioenergia S.A.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

	2018	2017
	Receitas financeiras – sobre fiança (NE 15.1)	225.755
Receitas de aplicações financeiras	49.542	57.357
Receitas financeiras – contas a receber vendas	(53)	9
Juros recebidos de clientes	113	6.821
Despesas financeiras – terceiros	(8.208)	(1.166)
Despesas financeiras – partes relacionadas	–	(1.317)
Variação cambial e monetária	768	(7.874)
	267.917	277.054

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

25.1. Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embudados nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2018	2017
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3	288
Contas a receber	1.193.269	791.786
Passivos		
Fornecedores	–	–
Terceiros	72.829	43.680

25.2. Mensuração dos instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao valor justo. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

25.3. Gerenciamento dos riscos
A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

25.3.1. Risco de crédito
A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

25.3.2. Risco de liquidez
A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e ações da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

25.3.3. Risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

25.3.4. Risco de taxa de câmbio
Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

25.4. Seguros
A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência de 31 de maio de 2018 até 30 de novembro de 2019, com riscos cobertos no valor de USD 204.858 e valor de franquia de USD 2.000.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA	
LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES Presidente		LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA Presidente Interino	
MARCELO FERNANDES BRAGAÇA Conselheiro	SANDRO PAES BARRETO Conselheiro	EDMUNDO JOSÉ CORREIA AIRES Diretor de Biodiesel e de Suprimento Agrícola	
MICHEL MARTIGNAGO MONDARDO Conselheiro	LUIZ FERNANDO LEITE Conselheiro	ROBSON HONORATO Contador CRC-RJ-086473/O-7	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e notas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 15 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-01428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-053231/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da Petrobras Biocombustível S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, com data de 22 de fevereiro de 2019. Tomou conhecimento ainda da proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2018.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018 à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019
Solange Arantes Dornela
Presidente

Ernesto Carneiro Preciado
Conselheiro

Milton Piraino Junior
Conselheiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS

Em cumprimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras optou pela constituição de um órgão estatutário de caráter permanente – denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAE Conglomerado") – vinculado diretamente ao seu Conselho de Administração, com a finalidade de assessorá-lo, bem como aos Conselhos de Administração, quando houver, às Assembleias de Acionistas ou às Diretorias Executivas de determinadas sociedades controladas integrantes do Sistema Petrobras (doravante, "Sociedades"), para apreciação de matérias de sua competência e responsabilidade regimental e que serão objeto de orientação para essas Sociedades.

O Resumo do Relatório Anual de Atividades do CAE Conglomerado abrange todas as Sociedades, é emitido de forma única e encontra-se divulgado no endereço eletrônico da Petrobras. O parecer a seguir é emitido individualmente e reflete as conclusões expressas no citado relatório, com as adaptações de redação demandadas para cada uma das Sociedades.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcurso das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, descritos de forma sumariada no Resumo do Relatório Anual de Atividades, concluíram, quanto à Petrobras Biocombustível S.A., que:

- o processo de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate a fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna não é efetuada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- a Auditoria Interna possui orçamento financeiro compatível com a sua estrutura organizacional, permitindo desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;

- o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração; e;
 - os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.
- Neste contexto, após procederem ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018") e do Relatório dos Auditores Independentes, não obstante esse último ter sido emitido pela KPMG Auditores Independentes com opinião contendo um parágrafo de ênfase de transações com partes relacionadas, os membros do Comitê recomendam a sua aprovação pelo órgão societário competente da Petrobras Biocombustível S.A..

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019
Jérônimo Antunes
Conselheiro de Administração Independente da Petrobras
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras
Especialista Financeiro e de Contabilidade Societária

Durval José Soledades Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. - PRO-MANCNP/JMF nº 02.291.077/0001-93 - Companhia Aberta Edital de 1ª convocação de Assembleia Geral de Debenturistas 1ª emissão Ficom convocados os Srs. Debenturistas da 1ª Emissão de Debentures dos PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. - PROMAN, a se reunir em Assembleia Geral, a se realizar no dia 22 de abril de 2019, às 10:30 hs, na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, localizada à Rua Engenheiro Haroldo Cavalcanti, nº 410, sala 210, Recreio dos Bandeirantes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia (a) Indicação, pelos debenturistas, de 02 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia, Emissores. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2019. Oliveira Trust DTVM S.A. Agente Fiduciária. Id: 2172484

PIONNIER 1138 ASSISTÊNCIA COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA. CNPJ nº 68.657.907/0001-61
Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. Paula Andréa dos Santos Pereira e José Ari da Silva, na qualidade de administradores da sociedade empresária denominada **Pionnier 1138 Assistência Comércio e Representação Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 68.657.907/0001-61, vêm convocar os demais sócios quotistas, cumprindo as formalidades do artigo 1.152, § 1º e §3º do Código Civil.

Brasilero, para Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 1.071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a ser realizada no dia 17 de abril de 2019, às 10:00h, no endereço Av. Presidente Wilson, n. 228, 13º andar - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. **Ordem do Dia:** deliberação sobre a aprovação da 10ª Alteração Contratual da Sociedade com: a) alteração do endereço da sede social, de Av. Pasteur, n. 399, Urca, para Av. Presidente Wilson, n. 228, 13º andar - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ b) exclusão do parágrafo único da Cláusula Quinta, bem como deliberar que a administração será exercida, exclusivamente, pela sócia Paula Andrea dos Santos Pereira, c) inclusão de parágrafo único à Cláusula Sétima que preveja a reunião de sócios e a respectiva convocação através de uma única convocação edilícia em jornal de grande circulação; d) anotação na cláusula do objeto social, de que a sociedade está paralisada, operando contingências administrativas, pois não presta qualquer serviço desde janeiro de 2010, quando emitiu a última Nota Fiscal contra a Eletros; e) a cessão, pelo valor nominal, das 1.600 (hum mil e seiscentas) quotas do sócio José Ari da Silva, a sócia Paula Andréa dos Santos Pereira, f) assuntos gerais. Id: 2172530

SAMOC S/A
SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA
CNPJ Nº 33721226/0001-30 - NIRE: 33300135740
Edital de Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE, a ser realizada no dia 22/04/2019 às 14:00h em 1ª Convocação de Acionistas em 2019, quando emitiu a última Nota Fiscal contra a Eletros; e) a cessão, pelo valor nominal, das 1.600 (hum mil e seiscentas) quotas do sócio José Ari da Silva, a sócia Paula Andréa dos Santos Pereira, f) assuntos gerais. Id: 2172530

ção dos acionistas também no setor contábil - Rua Sílvio Romero nº 29 - Santa Teresa - das 10:00 às 17:00 - José Roberto Scaf - Diretor Administrativo. Id: 2172450

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A
CNPJ/MF 11.421.994/0001-36
Convocação AGE: Convocados aos Acionistas a comparecer à AGE, a ser realizada às 10hs do dia 11/04/19, na sede da Cia., na Rua Joaquim Palhares, 40, 1º andar, Cidade Nova/ RJ, para deliberar sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** Assinatura do 1º Aditamento ao Acordo de Investimento entre China Jinjiang Environment Holding Company Limited e a Fox Inova. Documentos oriundos destas transações estão à disposição dos acionistas na sede da Cia. RJ, 03/04/19. **Ismar Machado Assaly** - Presidente. Id: 2172779

CAFÉ FAVORITO S/A
CNPJ Nº 32.493.603/0001-69
Convocação - Assembleia Geral Ordinária: São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO, que se realizará no dia 30 de abril de 2019, às 14:00h, na sede social, à **Rodovia Lucio Meira, nº 355, KM 13, Bairro São Luiz, Volta Redonda-RJ**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018; b) Deliberação sobre destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2018; c) Eleição Diretoria d) Fixar remuneração dos administradores; e) Outros assuntos pertinentes à Assembleia Geral Ordinária. Os documentos a que se refere o art. 133 da lei 6.404/76, relativo ao item a) encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Cia. Volta Redonda, 29 de março de 2019. **Vera Lúcia Guedes de Oliveira** - Presidente. Id: 2172110



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 03 de Abril de 2019 às 03:56:15 -0300.